

A ESPACIALIDADE DA COSMOPOLÍTICA E O PARLAMENTO DAS COISAS

THE SPACIALITY OF COSMOPOLITICS AND THE PARLIAMENT OF THINGS

TOBIAS MARCONDE

Mestrando em Filosofia na PUC-Rio

Bolsista da FAPERJ

<https://orcid.org/0000-0001-5469-5520>

<http://lattes.cnpq.br/1709374566097448>

tobiasmarconde@gmail.com

Resumo: O conceito de Antropoceno coloca desafios inéditos à política e à filosofia, apontando a necessidade de incluir novos agentes e reconsiderar categorias de território e representação. Neste artigo, exploro as abordagens de Bruno Latour e Isabelle Stengers sobre a representação dos não-humanos e suas implicações para uma nova espacialidade política. Enquanto Latour propõe o “Parlamento das Coisas”, um espaço que abarca humanos e não-humanos em questões políticas comuns, Stengers sugere a cosmopolítica, onde há uma desaceleração da política frente a incógnitas não representáveis. Esta perspectiva revela tensões em termos de nomadismo e sedentarismo, desafiando o modelo parlamentar de Latour e promovendo uma política da escuta que incorpora vozes múltiplas e irreconciliáveis em zonas de contato. Concluo que a inclusão dos agentes não-humanos exige novos dispositivos de escuta e uma espacialidade que transcenda a lógica territorial ocidental, promovendo negociações políticas fundamentadas na diferença ontológica.

Palavras-chave: Antropoceno; cosmopolítica; Parlamento das Coisas; não-humanos; ecologia política.

Abstract: The concept of the Anthropocene poses unprecedented challenges to politics and philosophy, pointing to the need to include new agents and reconsider categories of territory and representation. In this article, I explore Bruno Latour and Isabelle Stengers' approaches to the representation of non-humans and their implications for a new political spatiality.

While Latour proposes the “Parliament of Things”, a space that encompasses humans and non-humans in common political issues, Stengers suggests cosmopolitics, where there is a slowing down of politics in the face of unrepresentable unknowns. This perspective reveals tensions in terms of nomadism and sedentarism, challenging Latour's parliamentary model and promoting a politics of listening that incorporates multiple and irreconcilable voices in contact zones. I conclude that the inclusion of non-human agents requires new listening devices and a spatiality that transcends Western territorial logic, promoting political negotiations based on ontological difference.

Keywords: Anthropocene; cosmopolitics; Parliament of Things; non-humans; political ecology.

Introdução

O conceito de Antropoceno, que agrupa um conjunto de catástrofes ecológicas e políticas, juntamente com a emergência de Gaia como um novo ator na História, desafia as fundações da metafísica moderna e revela suas implicações profundas para a ecologia e a filosofia. Não se trata, como muitos poderiam supor, da introdução dos não-humanos na esfera pública – uma presença que sempre esteve ali – mas, antes, do colapso dos órgãos metafísicos da Modernidade que falharam em lidar com essa realidade. Neste contexto, Bruno Latour e Isabelle Stengers surgem como dois dos principais pensadores contemporâneos que, de maneiras distintas, abordam a política em relação aos não-humanos. Embora frequentemente tratados como teóricos convergentes, proponho explorar nesta fala as divergências presentes em suas concepções de Parlamento das Coisas (Latour) e cosmopolítica (Stengers), sublinhando as nuances que diferenciam suas abordagens.

O objetivo é desenhar um quadro comparativo dos dois conceitos e, posteriormente, fazer uma pequena contribuição inspirada no trabalho de Marisol de la Cadena.

1 O Parlamento das Coisas em *Jamais Fomos Modernos*

Em *Jamais Fomos Modernos*, Latour (2019) sugere uma triagem de heranças dos modernos, pós-modernos e pré-modernos para fazer uma nova constituição que acolha finalmente os híbridos — uma “justa repartição dos poderes. Segundo ele, a “Constituição Moderna”, por meio de sua incomensurabilidade ontológica entre Natureza e Cultura, “esconde” os híbridos — ou, pelo menos, tentava escondê-los até o final do século XX, quando as questões ecológicas e tecnológicas desmoronaram qualquer tentativa de reforma metafísica da modernidade. Neste quadro, gostaria de ressaltar um aspecto rejeitado por Latour, sobre o qual falaremos adiante, que é o aspecto do território.

	O que conservamos	O que rejeitamos
Dos modernos	- <i>redes extensas</i> - <i>tamanho</i> - <i>experimentação</i> - <i>universais relativos</i> - <i>separação da natureza objetiva e da sociedade livre</i>	- <i>separação da natureza e da sociedade</i> - <i>clandestinidade das práticas de mediação</i> - <i>Grande Divisão exterior</i> - <i>denúncia crítica</i> - <i>universalidade, racionalidade</i>
Dos pré-modernos	- <i>não-separabilidade das coisas e dos signos</i> - <i>transcendência sem oposto</i> - <i>multiplicação dos não-humanos</i> - <i>temporalidade por intensidade</i>	- <i>obrigação de ligar sempre a ordem social e natural</i> - <i>mecanismo de acusação expiatório</i> - <i>etnocentrismo</i> - <i>território</i> - <i>escala</i>
Dos pós-modernos	- <i>tempo múltiplo</i> - <i>desconstrução</i> - <i>reflexividade</i> - <i>desnaturalização</i>	- <i>crença no modernismo</i> - <i>impotência</i> - <i>desconstrução crítica</i> - <i>reflexividade irônica</i> - <i>anacronismo</i>

Figura 1: quadro de heranças (Latour, 2019, p. 169)

A Constituição não-moderna dá origem ao Parlamento das Coisas (PdC), um modelo de Parlamento cuja principal inovação é de que não apenas os humanos são representados, mas também delegações de não-humanos — já que elas também são atores políticos. Além de atravessar a barreira antropocêntrica,

os novos atores da assembleia são de diferentes escalas, corroendo a lógica do poder soberano em um território bidimensional. Ao lado dos Estados nacionais, podemos colocar, por exemplo, os povos indígenas, a atmosfera, a Mata Atlântica, as cidades etc. Os que se reúnem não são 'humanos nus' com opiniões conflitantes, mas porta-vozes de coisas, situados pelo que eles aprenderam dessas coisas. Os representantes se reúnem ao redor de uma questão (*issue*) que tem o poder de problematizar as contribuições diferentes e descobrir se e como a contribuição é relevante para a questão em jogo. Uma questão que faz as pessoas pensarem juntos. Isso faz Latour chamar sua proposta também de uma 'política orientada às coisas', ao invés de uma política orientada às instituições.

2 Crítica de Stengers ao Parlamento das Coisas

A filósofa belga Isabelle Stengers elabora a proposição cosmopolítica em resposta a essa ideia de Parlamento das Coisas. Para ela, a tarefa daqueles que querem pensar política além da máquina Ocidental é justamente desacelerar a política frente às incógnitas (“*unknowns*”) que a “tradição moderna está sempre em risco de desqualificar” (Stengers, 2010). O problema é que o Parlamento das Coisas, segundo Stengers, não se abre exatamente para essas incógnitas. Mesmo que os representantes, dentro do PdC, não possam impor condições (*conditions*) uns aos outros, o PdC em si impõe condições aos não-modernos — que é a condição de representar ou pertencer a uma polis (“*belonging to a polity*”). A ideia de cosmopolítica surge, então, como uma desaceleração ou limite da política, ao levar em conta aqueles que não podem ou não querem falar ou ser representados.

Cosmopolítica significa que a política deve prosseguir na presença daqueles que sofrerão as consequências, que serão as vítimas das decisões políticas, na presença não apenas dos 'humanos', mas também dos múltiplos mundos divergentes aos quais eles pertencem e que essa decisão ameaça (Stengers, 2020, p. 95).

Aqui, Stengers destaca a necessidade de uma política que respeite a diversidade ontológica dos envolvidos, reconhecendo que alguns atores não

podem ser traduzidos ou reduzidos a uma representação convencional. De alguma forma, aqueles que serão impactados de maneiras imprevistas pelas decisões políticas precisam ter sua presença sentida - mesmo que eles não queiram ou não possam ser representados de uma maneira tradicional. Isso reforça sua proposta cosmopolítica como um gesto de abertura ontológica.

3 Características espaciais: nômades e sedentários

Essas diferenças de Stengers e Latour são mais explicitadas quando ela usa as categorias geográficas de nômades e sedentários. Quem se crê puramente nomádico só define os outros em termos de tolerância, pois o nomadismo se caracterizaria pela “disposição de se desvincular de suas próprias crenças e seguir um problema aonde quer que o leve” (Stengers, 2010, p. 373). Já os sedentários são aqueles que afirmam: “seus desafios não dizem respeito a mim, nem me interessam” perante o Parlamento, com indiferença e silêncio. Os nômades se sentem em casa no Parlamento das Coisas, porque nada os obriga a prestar atenção em algo além dos conflitos, rivalidades e negociações (Stengers, 2010, p. 366).

O prefixo “cosmos” não está operando o papel de uma exigência “universal”, mas de uma possibilidade de fazer a interrupção da deliberação importar, inventando uma espacialidade política além da polis. Por isso, não há exatamente um *locus* onde ocorre a cosmopolítica, diferentemente do Parlamento das Coisas.¹

A pedra de toque cosmopolítica é a possibilidade de uma desterritorialização do Parlamento das Coisas, sem a qual ele corre o risco de se tornar o território daqueles que pensam em si mesmos como ‘nômades’. Ela representa a possibilidade de que aqueles que se apresentam, para um determinado problema,

¹ Algumas aplicações dos conceitos relacionados à cosmopolítica: (Stengers, 2010, p. 396–397, 2020, p. 95). Mesmo que Stengers diga que a cosmopolítica não é “além da política”, parece que esta tem sim um caráter que pode ser chamado de metapolítico, pois produz uma estrutura conceitual, uma série de papéis (os “tipos psicossociais”) e relações que pode ser atualizada em diferentes eventos, mesmo e principalmente os que ocorrem fora dos trâmites oficiais de um Parlamento ou de uma assembleia — e essas atualizações, por sua vez, transformam a cosmopolítica.

como sedentários e que se recusam a jogar o jogo político sejam respeitados (Stengers, 2010, p. 369).

Este trecho é interessante porque articula conceitos de maneira surpreendente, associando o político tanto ao Parlamento das Coisas quanto ao nomadismo. O Parlamento, ao mesmo tempo em que se apresenta como um território, também funciona como uma força de desterritorialização, pois permite que o nômade se desvincule de suas crenças e se mova livremente entre diferentes questões.

Por outro lado, a cosmopolítica introduz a figura do sedentário. Diferente do nômade, ele não é um cidadão da *polis* e não fala na ágora. Seu deslocamento não se dá por trânsito livre, mas por uma condição de desterritorialização distinta: ele não conhece a *polis*, nem suas fronteiras de maneira precisa. No entanto, isso não significa que sua localização seja irrelevante — pelo contrário, seu território é cuidadosamente situado caso a caso. É uma formulação complicada e quase paradoxal, mas tomaremos ela para começarmos a fazer um quadro que diferencie o Parlamento das Coisas da proposição cosmopolítica.

4 O quadro

Cosmopolítica	Parlamento das Coisas
Hesitação-desaceleração	Composição-progressiva
Sedentarismo	Nomadismo
Desterritorializado da polis	Territorializado no Parlamento
Territórios singulares	Escala global / redes longas (sem território)
Eventos cosmopolíticos	Processo

Anarquismo / radical	Democracia / conservador
Dispositivos generativos	Instituições
Escuta	Fala generalizada ("aparatos de fonação")

Tabela 1: Quadro comparativo Latour-Stengers

Este quadro apresenta limitações importantes. A mais significativa delas é que a cosmopolítica não se propõe a resolver um problema nos mesmos termos do Parlamento das Coisas. Não se trata, portanto, de uma escolha entre um ou outro, como se fossem alternativas excludentes ou equivalentes. Outro defeito é que o quadro é feito a partir de um lado, o lado da cosmopolítica. Principalmente porque este foi um conceito elaborado em contraste ao outro.

A segunda linha (hesitação-desaceleração/composição-progressiva) é um dos pontos sutis e mais importantes da diferenciação e o que "bagunça" o quadro. Normalmente, o sedentário é tido como o estatal, molar, estável, adjetivos que aparentemente se relacionam mais ao Parlamento - que parecem mais "conservadores" do que "radicais". No entanto, como Stengers adverte, o status de quem é "predador" ou "presa" entre nômades e sedentários se dá sempre situadamente e em relação.

O Parlamento das Coisas (o "devido processo") é a ideia de que, assim que tivermos um bom e justo procedimento para acolher os não-humanos, podemos fazer dele um modelo a ser aplicado em qualquer lugar, através do Parlamento. Por isso, o Parlamento é um território nômade, ele pode ser exportado para resolver as questões cosmopolíticas, e ele pode acolher qualquer entidade. A cosmopolítica é a tentativa de desterritorializar o Parlamento, ou seja, fazer com que o Parlamento seja apenas um exemplo, e não um modelo, para evocar a distinção de Eduardo Viveiros de Castro. Portanto, acredito que seja possível, neste sentido, ler o Parlamento das Coisas como ficcional, especulativo, e também como uma maneira de se fazer repensar a política moderna.

Mesmo com as viradas de pensamento de Latour, representada pelo livro *Investigação sobre os Modos de Existência*, o que importa para ele é uma estrutura que possibilite universalidades locais ou, eu diria, pluriversidades procedimentais. Enquanto isso, Stengers rejeita totalmente os universais e, influenciada por Deleuze, foca nos “eventos” cosmopolíticos. Os desafios são sempre práticos, importam para alguns e não para todos, e são construídos com os recursos relacionados a práticas específicas.

A distinção entre os dois conceitos também implica diferentes concepções políticas. A cosmopolítica de Stengers sugere uma prática política anarquista: não há um centro de autoridade, mas encontros entre interesses divergentes mediados por “dispositivos generativos” — formas de assembleia que induzem a confiança na capacidade coletiva de hesitar.

Em contraste, o Parlamento das Coisas busca renovar a democracia redefinindo quem pode ser reconhecido como ator legítimo na construção do mundo comum. Essa proposta pode ser lida como uma postura de esquerda (já que implica uma ampliação de direitos), mas o apego de Latour às instituições europeias — que, de certa forma, o situam — traz um tom conservador à sua abordagem. Isso se torna explícito quando, no final do seu último livro, Latour trata da Europa como vanguarda na formulação de uma nova classe ecológica, como se houvesse no continente um acúmulo histórico de conflitos e complexidades geopolíticas que a preparasse para isso.

5 Fala, escuta e o princípio política Cadena-Kopenawa

Acredito que essa deliberada europeidade era tão confortável para Latour porque, pelo menos desde a ideia antropologia simétrica, ele se sentiu livre para falar “nós somos iguais”. Já que tanto os achuar do Equador quanto os franceses só têm naturezas-culturas, nós somos iguais. Mas, como Marisol de la Cadena (2024) mostrou em uma apresentação recente em Princeton, essa proposição oculta o excesso implicado em zonas de contato de mundos divergentes — o que os xamãs andinos Mariano e Nazario Turpo formularam com a expressão “não apenas” (De la Cadena, 2015). Sim, existem naturezas-culturas, mas não apenas.

Este excesso foi para De la Cadena um tipo de princípio ontológico próprio das “zonas de contato”, que são espaços nos quais a diferença se co-constitui, através de relações que envolvem o entrelaçamento de entendimentos e conflitos complexos.

Latour mudou bastante sua visão sobre o conceito de território de *Jamais Fomos Modernos* pra cá. Em *Diante de Gaia*, ele admite uma guerra entre os humanos e os Terranos — ao invés de modernos e não-modernos. Os humanos são nômades, no sentido stengeriano, eles tomam a Terra como um espaço como qualquer outro, como uma propriedade. Já os Terranos (*earthbounds*) são tomados pela Terra, por isso são situados. Eles têm um território.

Apesar de cada um defender claramente o seu território, é importante para Latour que todos ajam e falem em um determinado termo. Cada delegação é formada da mesma maneira e se expressa no mesmo idioma (no caso, inglês) e todas são representadas pelos mesmos jovens, de vestido ou terno e gravata, seguindo um mesmo protocolo (Latour, 2020, p. 409–410).

Aqui podemos avançar para falar da última linha do quadro. A Fala generalizada é uma condição imposta no Parlamento. A fala continua sendo um imperativo para a política, é uma figuração compatível que foi dada a cada diplomata. A zona de contato não existe no Parlamento, não há excessos ontológicos. Tudo bem, é assumido o estado de guerra, mas os termos da discussão já estão dados. Eu pergunto, com la Cadena, como seria possível compatibilizar os xapiri, numa sala de reuniões do Norte global, falando em inglês, com terno e gravata? Será que a delegação da França seria capaz de reconhecê-los de fato como inimigos?

Para finalizar o quadro, gostaria de esboçar que a contraparte cosmopolítica da fala poderia ser a escuta. Essa ideia ecoa nas palavras que Davi Kopenawa repete incessantemente em *A Queda do Céu*: “Não permaneçam surdos a minhas palavras” (Kopenawa & Albert, 2015). Acredito que a oralidade entre povos ditos não-modernos aponta para uma tecnologia política específica, na qual, na verdade, há outro tipo de escuta em relação aos modernos.

Enquanto a organização política moderna se baseia em uma oposição em relação ao tempo (progressistas x conservadores), procurei mostrar que os

aspectos espaciais — especialmente no que diz respeito ao nomadismo e ao sedentarismo — são divisores importantes ao se pensar a política no Antropoceno, algo que se evidencia no pensamento de dois dos principais pensadores europeus sobre ecologia.

Que os aspectos espaciais são fundamentais para a política não é exatamente novidade para nós, já que os conflitos sociais na América Latina sempre foram conflitos geossociais. Quilombolas, indígenas e muitas outras comunidades, tanto em áreas urbanas quanto rurais nas Américas, sabem disso. Mas se vamos admitir um estado de guerra e entrar em negociações pela paz, é inútil fazê-lo nos termos daqueles que, por tanto tempo, foram a polícia da metafísica. Acredito que fabular uma política da escuta pode ser um caminho interessante para compreender e agir em zonas de contato. Mas sempre lembro, como diz Marisol, que é preciso escutar — mas não apenas.

Referências

DE LA CADENA, M. *Earth beings: ecologies of practice across Andean worlds*. Durham: Duke University Press, 2015.

_____. *A worlds of contact zones: How would Davi Kopenawa, Yanomami shaman, and Bruno Latour, anthropologist of moderns, engage each other?* In: Clifford Geertz Commemorative Lecture, Princeton, 4 de abril de 2024. [<https://anthropology.princeton.edu/events/when-worlds-meet-conversation-contact-zones>].

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2019.

_____. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2020.

STENGERS, I. *Cosmopolitics II*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

_____. The Challenge of Ontological Politics. In: DE LA CADENA, M.; BLASER, M. (Eds.). *A World of Many Worlds*. Durham: Duke University Press, 2020. p. 83–111.